

aprova
concursos

PGE-RJ

Analista Processual

Procuradoria-Geral
do Estado do Rio de
Janeiro



Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

INFORMÁTICA

- 1 Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows 10).
- 2 Edição de textos, planilhas e apresentações (pacotes Microsoft Office 365 e LibreOffice).
- 3 Redes de computadores.
 - 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet.
 - 3.2 Programas de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome).
 - 3.3 Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird).
 - 3.4 Sítios de busca e pesquisa na Internet.
 - 3.5 Grupos de discussão.
 - 3.6 Redes sociais.
 - 3.7 Computação na nuvem (cloud computing).

- 4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.
- 5 Segurança da informação. 5.1 Procedimentos de segurança.
- 5.2 Noções de vírus, worms e pragas virtuais.
- 5.3 Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).
- 5.4 Procedimentos de backup.
- 5.5 Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).

GESTÃO PÚBLICA

- 1 Planejamento estratégico. 1.1 Conceitos, métodos e técnicas.
- 1.2 Modelos de gestão e estruturas organizacionais.
- 1.3 Avaliação de desempenho institucional.
- 1.4 Planejamento organizacional.
- 1.5 As escolas de planejamento estratégico.
- 1.6 Modelo SWOT. 1.7 Modelo Porter.
- 1.8 Planejamento baseado em cenários.
- 1.9 Princípios da administração estratégica: metodologia de elaboração do pensamento estratégico.
- 1.10 Modelos de gestão estratégica.
- 1.11 Estratégias competitivas.
- 1.12 Sistema de medição de desempenho organizacional.
- 1.13 Indicadores de desempenho.
- 1.14 Balanced Scorecard.
- 2 Gestão de projetos. 2.1 Elaboração, análise e avaliação de projetos.
- 2.2 Ajuste dos demonstrativos financeiros.
- 2.3 Projetos e suas etapas.
- 3 Gestão de qualidade. 3.1 Conceitos básicos do modelo de gestão baseado na qualidade total (GQT).
- 3.2 Análise, padronização e melhoria de processos.
- 3.3 Ciclo PDCA.
- 3.4 Benchmarking.
- 3.5 Ferramentas clássicas para o gerenciamento de processos.
- 3.6 Prêmio Nacional da Qualidade como estratégia competitiva. 3.7 Critérios de excelência do Prêmio Nacional de Gestão Pública.
- 4 Gestão governamental.
- 4.1 Evolução da administração pública no Brasil (após 1930). Reformas Administrativas.

- 4.2 Modelos de gestão pública: patrimonialista, burocrático (Weber) e gerencial.
- 4.3 Conceitos de eficácia e efetividade aplicados à administração pública: avaliação e mensuração do desempenho governamental.
- 4.4 Instrumentos gerenciais contemporâneos: avaliação de desempenho e resultados; sistemas de incentivo e responsabilização; flexibilidade organizacional; trabalho em equipe; mecanismos de rede.
- 4.5 Novas formas de gestão de serviços públicos: formas de supervisão e contratualização de resultados.
- 4.6 Modelos contemporâneos de gestão de pessoas: gestão de pessoas por competências; liderança e desempenho institucional.
- 4.7 Sistema de planejamento e orçamento do Governo Federal: fundamentos legais; conceitos básicos do sistema de planejamento, orçamento e financeiro; gestão por programas; integração planejamento e orçamento; eficiência do gasto público; custos.
- 4.8 Gestão de suprimentos e logística na administração pública. A modernização do processo de compras.
- 4.9 Gestão de contratos e convênios no setor público.
- 4.10 Os controles interno e externo. Responsabilização e prestação de contas.
- 4.11 Avaliações de políticas públicas e programas governamentais: referencial teórico, conceitos básicos e tipos de avaliação. Técnicas de avaliação e monitoramento da despesa pública. Avaliação de políticas públicas e seu relacionamento com processos, resultados e impactos.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Estado, Governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.
- 2 Organização administrativa do Estado. Administração direta e indireta.
- 4 Agentes públicos: espécies e classificação, poderes, deveres e prerrogativas, cargo, emprego e função públicos.
- 5 Poderes administrativos.
- 6 Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação.
- 7 Controle e responsabilização da administração: controle administrativo, controle judicial, controle legislativo, responsabilidade civil do Estado.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Conceito e tipos de Constituição. Teoria da Constituição. Poder Constituinte: modalidades.
Interpretação e integração da Constituição.
Princípios específicos de interpretação constitucional.
Tipologia e eficácia das normas constitucionais
- 2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2.1 Princípios fundamentais.
- 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.
- 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
- 5 Poder Executivo. 5.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.
- 6 Poder Legislativo. 6.1 Estrutura. 6.2 Funcionamento e atribuições.
6.3 Processo legislativo.
6.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
6.5 Comissões parlamentares de inquérito.
- 7 Poder Judiciário. 7.1 Disposições gerais. 7.2 Órgãos do poder judiciário. 7.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. 7.2.1.1 Composição e competências.
- 8 Funções essenciais à justiça. 8.1 Ministério Público, Advocacia Pública. 8.2 Defensoria Pública.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Conceito e tipos de Constituição. Teoria da Constituição. Poder Constituinte: modalidades. Interpretação e integração da Constituição. Princípios específicos de interpretação constitucional. Tipologia e eficácia das normas constitucionais.
- 2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2.1 Princípios fundamentais.
2.2 Direitos e garantias fundamentais. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos. Modalidades: difuso e concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade contra atos comissivos e omissivos. Ação declaratória de constitucionalidade. Inconstitucionalidade face à Constituição Estadual.

- 2.3 Organização político-administrativa do Estado. 2.3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 2.3.2 Os estados-membros na Federação. Competências exclusivas, comuns e concorrentes. As Constituições estaduais. Definição e limites do Poder Constituinte dos estados.
- 2.4 Poder Executivo. 2.4.1 Atribuições e responsabilidades do Presidente da República.
- 2.5 Poder Legislativo. 2.5.1 Estrutura. 2.5.2 Funcionamento e atribuições. 2.5.3 Processo legislativo. 2.5.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 2.5.5 Comissões parlamentares de inquérito.
- 2.6 Poder Judiciário. 2.6.1 Disposições gerais. 2.6.2 Órgãos do poder Judiciário. 2.6.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.
- 2.7 Funções essenciais à justiça.
- 2.7 Finanças públicas. 2.7.1 Normas gerais.
- 3.2 Orçamentos.

DIREITO CIVIL

- 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia das leis no espaço.
- 2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Domicílio.
- 3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Constituição. 3.3 Extinção. 3.4 Sociedades de fato. 3.5 Associações. 3.6 Fundações.
- 4 Bens imóveis, móveis e públicos.
- 5 Fato jurídico.
- 6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Invalidade.
- 7 Prescrição. 7.1 Disposições gerais.
- 8 Decadência.
- 9 Obrigações. 9.1 Características. 9.2 Adimplemento pelo pagamento. 9.3 Inadimplemento das obrigações – disposições gerais e mora.
- 10 Contratos. 10.1 Princípios. 10.2 Contratos em geral. 10.3 Disposições gerais.
- 11 Responsabilidade civil objetiva e subjetiva. 11.1 Obrigação de indenizar. 11.2 Dano material. 11.3 Dano moral.
- 12 Lei nº 8.078/1990 e suas alterações. 12.1 Consumidor. 12.2 Fornecedor.

DIREITO EMPRESARIAL

- 1 Fundamentos do direito empresarial. 1.1 Origem e evolução histórica, autonomia, fontes e características. 1.2 Teoria da empresa. 1.3 Empresário: conceito, caracterização, inscrição, capacidade; empresário individual; pequeno empresário. 1.4 Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (microempresa e empresa de pequeno porte). 1.5 Prepostos do empresário. 1.6 Institutos complementares: nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração.
- 2 Registro de empresa. 2.1 Órgãos de registro de empresa. 2.2 Atos de registro de empresa. 2.3 Processo decisório do registro de empresa. 2.4 Inatividade da empresa. 2.5 Empresário irregular. 2.6 Lei nº 8.934/1994 e suas alterações.
- 3 Propriedade industrial. 3.1 Lei nº 9.279/1996 e suas alterações. 3.2 O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). 3.3 Propriedade industrial e direitos autorais. 3.4 Patentes. 3.5 Desenho industrial. 3.6 Marca: espécies. 3.7 Procedimento de registro. 3.8 Indicações geográficas.
- 4 Direito societário. 4.1 Sociedade empresária: conceito, terminologia, ato constitutivo. 4.2 Sociedades simples e empresárias. 4.3 Personalização da sociedade empresária. 4.4 Classificação das sociedades empresárias. 4.5 Sociedade irregular. 4.6 Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. 4.7 Desconsideração inversa. 4.8 Regime jurídico dos sócios. 4.9 Sociedade limitada. 4.10 Sociedade anônima. 4.11 Lei nº 6.404/1976 e suas alterações. 4.12 Sociedade em nome coletivo. 4.13 Sociedade em comandita simples. 4.14 Sociedade em comandita por ações. 4.15 Operações societárias: transformação, incorporação, fusão e cisão. 4.16 Relações entre sociedades: coligações de sociedades, grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico. 4.17 Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. 4.18 Concentração empresarial e defesa da livre concorrência.
- 5 Direito falimentar. 5.1 Lei nº 11.101/2005 e suas alterações. 5.2 Falência e recuperação de empresas (Lei nº 11.101/2005). 5.3 Recuperação judicial e extrajudicial. 5.4 Aprovação do plano de recuperação judicial. 5.5 Classificação de créditos e tratamento aplicável ao crédito tributário. 5.6 Principais atribuições da assembleia geral de credores, do administrador judicial e do comitê de credores. 5.7 Hipóteses de decretação de falência. 5.8 Efeitos da falência quanto à pessoa do falido, quanto às obrigações do falido, quanto aos contratos e quanto aos bens do falido. 5.9 Arrecadação. 5.10 Ação de responsabilidade. 5.11 Pedido de Restituição. 5.12 Embargos de Terceiro. 5.13 Realização do ativo. 5.14 Pagamento do passivo. 5.15 Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1 Princípios processuais constitucionais.
- 2 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).
 - 2.1 Normas processuais civis. 2.2 Função jurisdicional.
 - 2.3 Ação. 2.3.1 Conceito, natureza, elementos e características. 2.3.2 Condições da ação. 2.3.3 Classificação. 2.4 Pressupostos processuais.
 - 2.5 Preclusão.
 - 2.6 Sujeitos do processo.
 - 2.6.1 Capacidade processual e postulatória.
 - 2.6.2 Deveres das partes e procuradores.
 - 2.6.3 Procuradores.
 - 2.6.4 Sucessão das partes e dos procuradores.
 - 2.7 Litisconsórcio.
 - 2.8 Intervenção de terceiros.
 - 2.9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.
 - 2.10 Ministério Público. 2.11 Advocacia Pública. 2.12 Defensoria Pública.
 - 2.13 Atos processuais.
 - 2.13.1 Forma dos atos.
 - 2.13.2 Tempo e lugar.
 - 2.13.3 Prazos.
 - 2.13.4 Comunicação dos atos processuais.
 - 2.13.5 Nulidades.
 - 2.13.6 Distribuição e registro.
 - 2.13.7 Valor da causa.
 - 2.14 Tutela provisória. 2.14.1 Tutela de urgência. 2.14.2 Tutela da evidência. 2.15 Formação, suspensão e extinção do processo.
 - 2.16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.
 - 2.16.1 Procedimento comum. 2.16.2 Disposições Gerais.
 - 2.16.3 Petição inicial.
 - 2.16.4 Improcedência liminar do pedido.
 - 2.16.5 Audiência de conciliação ou de mediação.
 - 2.16.6 Contestação, reconvenção e revelia.
 - 2.16.7 Audiência de instrução e julgamento.
 - 2.16.8 Providências preliminares e do saneamento.
 - 2.16.9 Julgamento conforme o estado do processo.
 - 2.16.10 Provas.
 - 2.16.11 Sentença e coisa julgada.
 - 2.16.12 Cumprimento da sentença. 2.16.13 Disposições Gerais. 2.16.14. Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar

quantia certa. 2.16.15. Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa. 2.16.16. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos. 2.16.17. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. 2.16.18. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa. 2.16.19. Liquidação. 2.16.20. Execução Fiscal.

- 1.17 Procedimentos Especiais. 1.18 Procedimentos de jurisdição voluntária.
- 1.19 Processos de execução.
- 1.20 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.
 - 1.20.1. Recursos.
 - 1.20.2. Precedentes vinculantes.
- 1.21. Ação rescisória.
- 1.22 Livro Complementar.
- 2 Mandado de segurança.
- 3 Ação popular.
- 4 Ação civil pública.
- 5 Ação de improbidade administrativa.
- 6 Reclamação constitucional.
- 7 Desapropriação.
- 8 Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).
- 9 Assunção de competência (IAC). 10 Controle de constitucionalidade. 11 Juizados especiais da fazenda pública no âmbito dos estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos municípios. 12 Métodos adequados de solução de controvérsias (mediação, conciliação e arbitragem).

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos.
- 2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes.
- 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo. 3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa.
- 4 Agentes públicos. 4.1 Conceito. 4.2 Espécies. 4.3 Cargo, emprego e função pública. 4.3.1 Provimento. 4.3.2 Vacância. 4.3.4 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.4 Remuneração. 4.5 Direitos e deveres. 4.6 Responsabilidade. 4.7 Processo administrativo disciplinar. 4.8 Lei Complementar Estadual nº 703/2013. 4.9. Disposições constitucionais aplicáveis.

- 5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2 Uso e abuso de poder.
- 6 Regime jurídico-administrativo. 6.1 Conceito. 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
- 7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Evolução histórica. 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 7.6 Reparação do dano. 7.7 Direito de regresso.
- 8 Serviços públicos. 8.1 Conceito. 8.2 Elementos constitutivos. 8.3 Formas de prestação e meios de execução. 8.4 Delegação. 8.4.1 Concessão, permissão e autorização. 8.5 Classificação. 8.6 Princípios.
- 9 Organização administrativa. 9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor. 9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.
- 10 Controle da administração pública. 10.1 Controle exercido pela administração pública. 10.2 Controle judicial. 10.3 Controle legislativo. 10.4 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa).
- 11 Lei nº 5.427/2009 e suas alterações (processo administrativo).
- 12 Licitações e contratos administrativos. 12.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. 12.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. 12.3 Decreto nº 46.751/2019 e suas alterações (sistema de registro de preços).
- 12.4 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).
- 12.5 Fundamentos constitucionais.
- 13 Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.
- 14 Contratos administrativos. Noções gerais. Elementos. Características. Formalização, alteração, execução e inexecução. Revisão, reajustamento e prorrogação. Desfazimento e consequências.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 1 Tributo. 1.1 conceito e classificação.
- 2 Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal. 2.1 Princípios gerais.
- 2.2 Limitações ao poder de tributar.
- 2.3 Tributos de competência da União.
- 2.4 Tributos de competência dos estados e do Distrito Federal.
- 2.5 Tributos de competência dos municípios.

- 2.6 Repartição das receitas tributárias.
- 3 Obrigação tributária principal e acessória; hipótese de incidência e fato gerador da obrigação tributária; sujeição ativa e passiva; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.
- 4 Responsabilidade tributária. 4.1 Conceitos. 4.2 Responsabilidades dos sucessores. 4.3 Responsabilidade de terceiros. 4.4 Substituição tributária. 4.5 Responsabilidades por infrações.
- 5 Interpretação e integração das leis tributárias.
- 6 Fato gerador: conceito e características essenciais.
- 7 Norma geral antielisão.
- 8 Tarifa e preço público.
- 9 Hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário.
- 10 Prescrição e decadência.
- 11 Garantias e privilégios de crédito tributário.
- 12 Administração tributária.
- 13 Imunidade, isenção e anistia.
- 14 Dívida ativa.
- 15 Certidões Negativas.
- 16 Processo judicial tributário.
 - 16.1 Ação de execução fiscal e embargos à execução.
 - 16.2 Lei nº 6.830/1980 (execução fiscal) e suas alterações.
 - 16.3 Lei nº 8.397/1992 e suas alterações (Ação cautelar fiscal).
 - 16.4 Ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária. 16.5 Ação anulatória de débito fiscal.
 - 16.6 Mandado de segurança. 16.7 Ação de repetição de indébito. 16.8 Ação de consignação em pagamento.
 - 16.9 Ações de controle de constitucionalidade. 16.10 Ação civil pública. 16.11 Ação popular. 16.12 Ação rescisória.

DIREITO FINANCEIRO

- 1 Direito financeiro. 1.1 Conceito e objeto. 1.2 O Direito financeiro na Constituição Federal de 1988. 1.2.1 Normas gerais e orçamento.
- 2 Despesa pública. 2.1 Conceito e classificação de despesa pública. 2.2 Disciplina constitucional dos precatórios.
- 3 Receita pública. 3.1 Conceito. 3.1.1 Ingresso e receitas. 3.2 Classificação das receitas públicas.
- 4 Dívida pública: conceito; evolução; classificação; disciplina jurídica e processamento.

- 5 Orçamento público. 5.1 Conceito, espécies e natureza jurídica. 5.2 Princípios orçamentários.
- 6 Fiscalização e controle orçamentário.
- 7 Normas gerais de Direito Financeiro.
- 8 Lei nº 4.320/1964 e suas alterações.
- 9 Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).

DIREITO DO TRABALHO

- 1 Princípios e fontes do direito do trabalho.
- 2 Direitos constitucionais dos trabalhadores (Art. 7º da Constituição Federal de 1988).
- 3 Relação de trabalho e relação de emprego. 3.1 Requisitos e distinção. 3.2 Relações de trabalho lato sensu (trabalho autônomo, eventual, temporário e avulso). 3.3. Terceirização. Responsabilidade do tomador do serviço por danos materiais e morais.
- 4 Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu. 4.1 Empregado e empregador (conceito e caracterização). 4.2 Poderes do empregador no contrato de trabalho.
- 5 Grupo econômico. 5.1 Sucessão de empregadores. 5.2 Responsabilidade solidária.
- 6 Contrato individual de trabalho. 6.1 Conceito, classificação e características.
- 7 Alteração do contrato de trabalho. 7.1 Alteração unilateral e bilateral. 7.2 O jus variandi.
- 8 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 8.1 Caracterização e distinção.
- 9 Rescisão do contrato de trabalho. 9.1 Justa causa. 9.2 Rescisão indireta. 9.3 Dispensa arbitrária. 9.4 Culpa recíproca. 9.5 Indenização.
- 10 Aviso prévio.
- 11 Estabilidade e garantias provisórias de emprego. 11.1 Formas de estabilidade. 11.2 Despedida e reintegração de empregado estável.
- 12 Duração do trabalho. 12.1 Jornada de trabalho. 12.2 Períodos de descanso. 12.3 Intervalo para repouso e alimentação. 12.4 Descanso semanal remunerado. 12.5 Trabalho noturno e trabalho extraordinário. 12.6 Sistema de compensação de horas.
- 13 Salário-mínimo. 13.1 Irredutibilidade e garantia.
- 14 Férias. 14.1 Direito a férias e sua duração. 14.2 Concessão e época das férias. 14.3 Remuneração e abono de férias.
- 15 Salário e remuneração. 15.1 Conceito e distinções. 15.2 Composição do salário. 15.3 Modalidades de salário. 15.4 Formas e meios de pagamento do salário. 15.5 13º salário.
- 16 Equiparação salarial. 16.1 Princípio da igualdade de salário.

- 16.2 Desvio de função.
- 17 FGTS.
- 18 Prescrição e decadência.
- 19 Segurança e medicina no trabalho. 19.1 CIPA. 19.2 Atividades insalubres ou perigosas.
- 20 Proteção ao trabalho do menor.
- 21 Proteção ao trabalho da mulher. 21.1 Estabilidade da gestante. 21.2 Licença maternidade.
- 22 Direito coletivo do trabalho. 22.1 Convenções e acordos coletivos de trabalho.
- 23 Direito de greve e serviços essenciais. O servidor público e a sindicalização.
- 24 Comissões de conciliação prévia.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 1 Seguridade social. 1.1 Conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização e princípios.
- 2 Custeio da seguridade social. 2.1 Receitas, contribuições sociais, salário-de-contribuição.
- 3 Regime geral de previdência social. 3.1 Segurados e dependentes 3.2 Filiação e inscrição.
- 3.3 Carência. 3.4 Reajustamento e revisão. 3.5 Prescrição e decadência. 3.6 Aposentadoria. Modalidades. Proventos. Cumulação de proventos. Pensões.
- 3.7 Ações judiciais em matéria previdenciária. 3.8 Acidente de trabalho.
- 4 Regime próprio de previdência dos servidores públicos. Regime Jurídico Próprio e Único da Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro (Lei Estadual nº 5.260, de 11.06.2008). Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência (Lei nº 3.189, de 22.02.1999). Emenda Constitucional estadual nº 90/2021.
- 5 Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira.
- 6 Previdência complementar.



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br